



## Direção da Ebserh descumpre acordo homologado no TST e gera novo conflito com categoria

Poucos dias depois de dissídio coletivo ser homologado junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), a direção da Ebserh já vem gerando um novo conflito com seus empregados. No acordo, assinado pelas entidades representativas da categoria, TST, Ministério Público e também pela direção da empresa, está estabelecido como garantia que a empresa registre na folha de ponto dos grevistas o "Código 96". O código trata como 'falta greve sem desconto' os dias marcados pela paralisação de atividades que atingiram 37 hospitais e

a sede da empresa em 20 estados e no DF.

No entanto, a direção tem feito o registro sob o "Código 95" que é 'falta greve com desconto'. Um total desrespeito que descumpre acordo previamente firmado. As entidades representativas dos empregados e empregadas da Ebserh já acionaram as assessorias jurídicas que vão reclamar junto ao TST do descumprimento do acordo desse tema firmado e homologado na ata de mediação.

É inadmissível que a dire-



ção da empresa siga tratando com desrespeito dessa forma e descumprindo até mesmo o acordo de mediação. O secretário-geral da Condsef/Fenadsef buscou contato com a direção que disse que só acataria o acordo após homologado, mas o acordo já foi assinado pela empresa, restando apenas que a ministra prossiga com o julgamento das cláusulas previstas em ata. "Já avisamos que se a direção da empresa não fizer a correção e revisão desse código e queira continuar prejudicando os trabalhadores dessa maneira vamos recomendar a retomada da greve", disse o secretário-geral da Confederação.

Fonte: Condsef



## Bolsonaro corta mais de R\$ 1 bi na educação e escolas e universidades podem fechar

O governo de Jair Bolsonaro (PL) anunciou nesta quarta-feira (5) um bloqueio R\$ 2,6 bi no Orçamento deste ano. Deste total, R\$ 1,59 bilhão são cortes nos recursos destinados ao Ministério da Educação (MEC), o que pode inviabilizar o funcionamento de colégios e universidades federais, que podem fechar as portas por não ter dinheiro sequer para pagar as contas de água e de luz.

Somente para o ensino superior, foram bloqueados R\$ 328,5 milhões em recursos destinados ao custeio de despesas e pagamento de funcionários. Somados aos outros cortes já feitos por Bolsonaro ao longo deste ano, o total sobe para R\$ 763 milhões em recursos essenciais para a manutenção das instituições federais.

O bloqueio total dos recursos no Orçamento deste ano, que inclui vários ministérios, chega a R\$ 10,5 bilhões.

O bloqueio dos R\$ 2,6 bilhões foi formalizado no dia 30 de setembro, antevéspera do 1º turno das eleições, por meio de publicação do Decreto 11.216 no Diário Oficial da União (DOU), mas só ontem foi divulgada a lista dos ministérios afetados.

Com o bloqueio anunciado pelo próprio MEC, nesta quarta, a educação passa a ser a pasta mais impactada, representando 1/3 dos bloqueios totais.

De acordo com dados da Instituição Fiscal Independente, órgão ligado ao Senado Federal, dos R\$ 10,5 bi já bloqueados, R\$ 2,39 bi atingem o MEC. Outros R\$ 1,7 bi foram bloqueados dos recursos do Ministério de Ciência e Tecnologia; e R\$ 800 milhões foram da Saúde.

### Universidades em risco

A destinação de recursos para as Universidades Federais em 2022 totaliza R\$ 5,6 bilhões (valor 12%

menor do que 2019, primeiro ano de Bolsonaro no governo), dos quais, cerca de 14% estão bloqueados.

Em nota, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), afirma que o corte coloca em risco todo o sistema das universidades que já estava comprometido com os cortes feitos pelo governo em julho e agosto deste ano, em cerca de R\$ 1 bilhão para as instituições federais.

Na prática, além de bolsas de estudos, faltará dinheiro para arcar com custos com segurança, limpeza, despesas básicas como água e luz, transporte, alimentação, internet, além de faltar dinheiro para pagar funcionários, entre outros.

De acordo com a Andifes, as universidades vão se tornar inadmissíveis e quem perde, claro, são os alunos, em sua maioria, de camadas mais vulneráveis da sociedade.

O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) também apontou os prejuízos com os cortes. Em nota, as entidades afirmam que “contexto financeiro e orçamentário caótico” prejudica os estudantes, especialmente aqueles que necessitam de assistência estudantil.

### Cortes em 2023 na educação básica

A política de Bolsonaro de cortes de recursos na educação afeta também a educação básica. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) – Orçamento de 2023 - enviado pelo presidente ao Congresso Nacional em 31 agosto mostra que os maiores cortes são na Educação Infantil, que tem projeção de R\$5 bilhões para o ano que vem - uma redução de 96% comparado ao ano de 2021.

Em seguida, vem a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que tem previsão de R\$16,8 bilhões para 2023 - um corte brusco de 56% em relação a 2021. Além disso, o governo propôs para 2023 um corte de R\$ 1,096 bilhão no programa "Educação básica de qualidade" em comparação com 2022.

De acordo com o professor da Universidade de São Paulo (USP) e ex-ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, “além da redução do orçamento previsto para o ano que vem, quando retirada a complementação do FNDE, que está fora do teto de gastos, a previsão de recursos para a educação no orçamento cai mais de R\$7 bilhões”.

### Argumentação

Ainda que o governo tenha usado de artimanhas para contornar o teto de gastos com emendas como a PEC do Desespero que aumentou o Auxílio Brasil para R\$ 600 somente até dezembro, ampliou o vale-gás para famílias vulneráveis, além de distribuir vouchers de R\$ 1.000,00 a taxistas e caminhoneiros, a alegação para o contingenciamento de recursos é adequação das contas ao limite de gastos imposto pela Emenda Constitucional 95 (do teto de gastos).

Com a aprovação da PEC do Desespero, o governo de Jair Bolsonaro pode decretar estado de emergência para fugir do teto. Com isso o ajudado pelo Congresso Nacional, deu inclusive um dribble na legislação eleitoral que proíbe a concessão de novos benefícios em ano de eleição. O objetivo da lei é evitar o uso da máquina pública em favor de um dos candidatos.

Fonte: CUT